LEI Nº 899, DE 28 DE JUNHO DE 2011.

CONSOLIDADA

Estabelece Diretrizes de elaboração do Orçamento do Município para o exercício de 2012, estabelece procedimentos na execução orçamentária e dá outras providências.

O Povo do Município de Areado, por seus representantes decretou, e eu, em seu nome, sanciono a seguinte Lei:

CAPÍTULO I

DAS DIRETRIZES GERAIS

Art. 1º A Lei Orçamentária para o exercício de 2012 será elaborada em conformidade com as diretrizes desta Lei e em consonância com as disposições da Constituição Estadual, Lei Complementar nº 101/2000 que Estabelece normas de finanças públicas voltadas para responsabilidade na gestão fiscal no que for a ela pertinente, Lei 4.320/64 que Estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal, Lei Orgânica do Município e no Plano Plurianual para o período de 2010 a 2013.

Art. 2º Ficam estabelecidas nos termos desta Lei, as diretrizes gerais para elaboração do Orçamento do Município de Areado, relativo ao exercício de 2012, não podendo o montante das despesas ser superior ao das receitas e serão orçadas com base nos preços vigentes em agosto do presente exercício.

Art. 3º A Lei Orçamentária dispensará, na fixação da despesa e na estimativa da receita, atenção aos princípios de:

- I – prioridade de investimentos nas áreas sociais;
- II – austeridade na gestão dos recursos públicos;
- III – modernização na ação governamental.

Art. 4º Para fins de cumprimento do disposto no artigo 4º, I, “b”, da Lei Complementar Federal nº 101/2000, se observado que as receitas para cumprimento das metas não forem suficientes, o Executivo Municipal adotará providências para contenção de despesas, limitação de empenho e movimentação financeira, obedecendo para realização das mesmas as prioridades constantes na presente Lei, observado a ordem cronológica de sua execução.

Art. 5º Os projetos em fase de execução e as despesas com a conservação do Patrimônio Público, terão prioridade sobre novos projetos.

Art. 6º O pagamento do serviço da dívida e seus encargos terá prioridade sobre as ações de expansão, incluindo as seguintes ações:

I - pagamento de sentenças judiciais em cumprimento o que dispõe o art. 100 e parágrafos da Constituição Federal;

II - pagamento de pessoal e encargos sociais;

III - manutenção e desenvolvimento do ensino;

IV - manutenção dos programas de saúde;

V - fomento à agropecuária;

VI - recursos para a manutenção da atividade administrativa operacional;

VII - contrapartida de programas pactuados em convênio;

VIII – fomento a economia em geral.

Art. 7º O Município aplicará no mínimo 25% (vinte e cinco por cento) de sua receita resultante de impostos, compreendida a proveniente de transferências, conforme dispõe o artigo 212, da Constituição Federal, prioritariamente na manutenção e no desenvolvimento do ensino.

Art. 8º O Município aplicará, na saúde, o percentual mínimo de 15% do produto da arrecadação dos impostos a que se referem o artigo 156 e dos recursos de que tratam os artigos 158 e 159, I, “b” e § 3º, da Constituição Federal.

Art. 9º A proposta orçamentária somente consignará produto das operações de créditos prévia e especificamente autorizadas pelo Legislativo, com destinação específica e vinculadas a projeto.

Art. 10. O Poder Executivo tendo em vista a capacidade financeira do Município e o Plano Plurianual para o exercício de 2011, procederá à seleção das prioridades e as orçará a preços de agosto de 2011, podendo incluir programas não elencados, financiados com recursos próprios e de outras esferas do governo, desde que autorizadas por lei.

Art. 11. Os valores orçamentários serão calculados com a consideração da previsão de perda do valor da moeda entre os períodos de agosto a dezembro de 2011 e de janeiro a dezembro de 2012 pelo índice INPC – IBGE.

Art. 12. O Poder Executivo desenvolverá programas nas áreas de educação, cultura, saúde, assistência social, segurança pública, agropecuária, cooperativismo, comunicação, eletrificação urbana e rural, administração, meio ambiente, esporte, lazer, turismo e recursos humanos.

Parágrafo único. Para desenvolvimento dos programas estabelecidos no “caput” deste artigo, poderá o Executivo Municipal, firmar convênios com outras esferas de

governo, atendidas as disposições da Lei Complementar nº 101/2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal, principalmente estabelecendo as normas relativas ao controle de custos e à avaliação dos resultados dos programas financiados com recursos dos orçamentos, através dos Órgãos de Controle e dos respectivos Conselhos instituídos em lei.

CAPITULO II

DA RECEITA

Art. 13. Constituem as receitas do Município, observados os preceitos da Lei Complementar nº 101/2000, aquelas provenientes de:

I – tributos e contribuições de sua competência;

II – atividades econômicas que por conveniência possam vir a ser executadas pelo Município;

III – transferências por força de mandato constitucional ou de convênios firmados com entidades governamentais e/ou privadas;

IV – operações de crédito vinculados a obras, serviços públicos e autorizadas em lei;

V – transferências oriundas de Fundos instituídos pelo Governo Estadual e Federal;

VI – receitas de qualquer natureza, geradas ou arrecadadas no âmbito dos órgãos, entidades ou fundos da administração municipal;

VII – alienação de ativos municipais autorizados por Lei;

VIII – multas e juros oriundos de tributos municipais e da dívida ativa;

IX – transferências voluntárias de outro Ente da Federação, admitida contrapartida por parte do Município, observados os preceitos do artigo 25, da Lei Federal 101/2000;

X – demais receitas de competência do município.

Parágrafo único. A receita proveniente da alienação de bens será obrigatoriamente aplicada em despesas de capital, sempre que possível, no exercício em que realizar-se.

Art. 14. Na estimativa das receitas serão considerados:

I - a legislação tributária e os efeitos decorrentes das modificações previstas para o exercício;

II – fatores que influenciam nas arrecadações de tributos;

III – fatores conjunturais que possam vir a influenciar a produtividade de cada fonte;

IV – atualização monetária e o crescimento econômico previsto para o exercício de 2012;

V – a média da receita arrecadada nos três últimos exercícios;

VI - qualquer outro fator relevante que possa influenciar a arrecadação de receitas;

VII – a atualização dos elementos físicos das unidades imobiliárias;

VIII – a edição de uma planta genérica de valores de forma a minimizar a diferença entre as alíquotas nominais e as efetivas;

IX – a expansão do número de contribuintes;

X – a atualização do cadastro imobiliário fiscal.

Parágrafo único. A estimativa da receita de transferências terá como base, sempre que possível, a informação de órgãos governamentais do Estado e/ou União.

Art. 15. O Poder Executivo verificará ao final de cada bimestre se a receita arrecadada comportará o cumprimento das metas previstas para o exercício de 2012.

Parágrafo único. Ocorrendo insuficiência da receita para o cumprimento das metas, as despesas serão reduzidas pelo Poder Executivo proporcionalmente à redução verificada.

Art. 16. O montante previsto para as receitas de operações de crédito não poderá ser superior ao das despesas de capital constantes na Proposta Orçamentária.

CAPITULO III

DAS DESPESAS

Art. 17. As prioridades, metas e quantitativos a serem cumpridos a cada exercício são os contidos no plano Plurianual, nesta lei, na lei orçamentária anual, acrescidos daqueles previstos e não cumpridos no exercício anterior.

§ 1º Na definição das despesas municipais serão consideradas aquelas destinadas à aquisição de bens e serviços para cumprimento dos objetivos do município e a solução de seus compromissos de natureza social e financeira, levando em conta:

I – a carga de trabalho estimada para o exercício de 2012;

II – os fatores conjunturais que possam afetar a produtividade dos gastos;

III – a receita de serviço quando este for remunerado;

IV – a projeção de gastos com pessoal com base no plano de cargos e carreiras da administração direta de ambos os poderes, com os agentes políticos e as obrigações patronais;

V - a prioridade de obra para o atendimento das demandas da população;

VI – o patrimônio do Município, suas dívidas e encargos;

VII - as metas constantes do plano plurianual e das metas anuais conforme demonstrativo I do anexo de metas fiscais.

§ 2º No exercício de 2012, é vedada a criação, expansão ou o aperfeiçoamento de programa de trabalho que acarrete aumento de despesa sem a verificação de seu impacto orçamentário e financeiro e a compatibilidade com o plano plurianual.

I - consideram-se despesas irrelevantes, para os fins desta lei e em atendimento ao § 3º do artigo 16 da Lei Complementar Federal nº 101/2000, aquelas cujos valores não ultrapassem, para bens e serviços, os limites dos incisos I e II do artigo 24 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

Art. 18. Na programação de investimentos de ambos os Poderes serão observados os seguintes princípios:

I – os investimentos em fase de execução terão preferência sobre novos projetos;

II – não poderão ser programados novos projetos à conta de anulação de dotações destinadas a investimentos que tenham sua viabilidade técnica, econômica e financeira comprovada, ressalvados aqueles de caráter emergencial e/ou aqueles cujo alcance se mostre mais abrangente, nesta Lei.

Art. 19. Não poderão ser programadas despesas sem que sejam definidas as fontes de recurso.

Art. 20. Na fixação de despesas para o exercício de 2012 em relação à aplicação na manutenção e desenvolvimento do ensino será observado o seguinte:

I – 25% calculados sobre a arrecadação própria de impostos, arrecadação da dívida ativa tributária de impostos e as respectivas multas e juros incidentes;

II – 20% calculados sobre as transferências constitucionais que serviram de base de cálculo para formação do FUNDEB.

Art. 21. É vedada a realização de despesas em valores superiores às receitas, exceto quando ficar comprovada que a fonte de recursos é derivada de superavit financeiro ou de excesso de arrecadação.

CAPITULO IV

DAS DESPESAS DE PESSOAL

Art. 22. As despesas com pessoal ativo e inativo, ficam limitadas a 60% (sessenta por cento) da receita corrente líquida com a repartição prevista no artigo 20 inciso III da Lei Complementar nº 101 de 04 de maio de 2000, a saber: 54% (cinquenta e quatro por cento) para o Executivo e 6% (seis por cento) para o Legislativo.

§ 1º Entende-se por “Receitas Correntes Líquidas”, para efeito de limite do presente artigo, o somatório das receitas tributárias, de contribuições patrimoniais, industriais, agropecuárias, de serviços, transferências correntes e outras receitas também correntes.

§ 2º O limite estabelecido para as despesas com pessoal de ambos os poderes de que trata este artigo, abrange os gastos nas seguintes despesas:

I – vencimentos e vantagens fixas e variáveis;

II – obrigações patronais;

III – subsídios dos agentes políticos (Prefeitos, Vice-Prefeito, Vereadores, Secretários Municipais);

IV – mão-de-obra terceirizada, que se referem a substituição de servidores e empregados públicos, devidamente autorizada por Lei;

V – serviços extraordinários até o limite de 8% do montante dos vencimentos base pagos relativo ao mês anterior;

VI – proventos de aposentadorias e pensões.

VII – programa que garanta prorrogação da licença-maternidade, instituído com base na Lei Federal nº 11.770/2008. ([Acrescido pela Lei nº 977/2012](#))

§ 3º A concessão de qualquer vantagem ou aumento de remuneração além dos índices inflacionários ou dos determinados pelo Governo Federal, a criação de cargos, empregos ou funções de confiança no quadro de pessoal, a alteração de estrutura de carreiras, bem como a admissão ou contratação de pessoal, a qualquer título, pelos órgãos da administração direta, bem como entidades, autarquias e fundações, só poderão ser feitas se houver dotação orçamentária suficiente para atender às projeções de despesas até o final do exercício.

CAPÍTULO V

DAS CONDIÇÕES E EXIGÊNCIAS PARA TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS A ENTIDADES PÚBLICAS E PRIVADAS

Art. 23. A concessão de ajuda financeira será precedida de assinatura de convênios, com entidades legalmente constituídas, sem fins lucrativos e de utilidade pública, inclusive intermunicipais, nas áreas de saúde, educação, cultura, assistência social, agropecuária, cooperativismo, esporte, lazer, turismo, conselhos municipais

diversos, associações de bairros e sociais, micro-regionais, meio ambiente, serviços e sindicais desde que os recursos sejam aplicados em programas de interesse público, cujas leis autorizativas serão consolidadas na Lei Orçamentária.

§ 1º Os pagamentos serão efetuados após a aprovação pelo Poder Executivo dos planos de aplicação apresentados pelas entidades beneficiadas.

§ 2º Os prazos para a prestação de contas são os fixados em lei e nos casos omissos pelo Poder Executivo, e dependendo do plano de aplicação, o prazo não poderá ultrapassar os 30 (trinta) dias do encerramento do exercício.

§ 3º Fica vedada a concessão de ajuda financeira às entidades que não prestarem contas dos recursos anteriormente recebidos, assim como as que não tiverem as suas contas aprovadas pelo Executivo Municipal.

§ 4º Só serão repassadas subvenções às entidades que apresentarem relação dos serviços que colocarão à disposição do Município.

Art. 24. Os fundos especiais terão seus orçamentos em separado, os quais serão consolidados na lei orçamentária do Município.

Art. 25. Na proposta orçamentária constarão as seguintes autorizações, a serem observadas por ambos os poderes e fundos especiais:

I – a abertura de créditos suplementares e especiais será feita por decreto, após autorização legislativa, observada as disposições da Lei Federal nº 4.320/64.

Parágrafo único. A abertura de crédito adicional especial será autorizada prévia e especificamente em lei a cada necessidade.

CAPITULO VI

DAS DESPESAS COM O PODER LEGISLATIVO

Art. 26. As despesas do Poder Legislativo constarão no Orçamento do Município:

§ 1º A proposta parcial do Poder Legislativo, encaminhada ao Poder Executivo até o dia 31 de agosto de 2010, será consolidada no projeto de lei orçamentária para o exercício de 2011.

§ 2º A despesa com a remuneração dos vereadores atenderá ao que dispõe a Emenda Constitucional nº 25/2000.

Art. 27. A entrega de recursos financeiros à Câmara Municipal, para atender ao disposto no art. 29A e nos incisos I e III do § 2º da Constituição Federal, será realizada na proporção de 1/12 (um doze avos) do total das despesas destinadas ao Poder Legislativo, até o dia 20 de cada mês.

Parágrafo único. Caso necessário e mediante comunicação prévia por parte do Poder Legislativo, no mês de janeiro será adiantada, até o dia 10, parte do repasse mensal a fim de cobrir as primeiras despesas do mês.

CAPITULO VII

DA RESERVA DE CONTINGÊNCIA

Art. 28. O orçamento municipal consignará reserva de contingência em percentual não superior a 0,2% (zero vírgula dois por cento) sobre a receita corrente líquida, para atendimento de passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos.

CAPÍTULO VIII

DOS RESTOS A PAGAR

Art. 29. É vedado aos titulares dos Poderes Executivo e Legislativo, nos dois últimos quadrimestres de seus respectivos mandatos, contrair obrigação de despesa que não possa ser cumprida integralmente dentro dele ou que tenha parcelas a serem pagas no exercício seguinte e para as quais não haja suficiente disponibilidade de caixa para esse efeito.

CAPÍTULO IX

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E FINAIS

Art. 30. O Prefeito Municipal encaminhará até o dia 31 de julho ao Legislativo Municipal a projeção da receita do exercício para os fins da elaboração da proposta orçamentária do Legislativo e a previsão da receita do Município para 2012, em obediência ao artigo 12, § 3º da Lei Complementar 101/2000.

Art. 31. O Projeto de Lei Orçamentária será enviado à Câmara Municipal até 30 de setembro, que o apreciará até o final da Sessão Legislativa, devolvendo-o em seguida para a sanção.

Art. 32. A Lei Orçamentária não consignará:

I – crédito com finalidade imprecisa ou ilimitada;

II – dotação para investimento, com duração superior a um exercício financeiro que não esteja previsto no plano plurianual ou em lei que o autorize;

III – concessão ou ampliação de incentivo ou benefício de natureza tributária da qual decorra renúncia de receita, exceto quando o cancelamento de débito cujo montante seja inferior ao respectivo custo de cobrança ou quando acompanhada de estimativa de impacto orçamentário e explicação de medida de compensação.

Art. 33. Atos que criarem ou aumentarem despesas de caráter continuado deverão ser instruídos com estimativa que demonstrem recursos para o seu custeio, bem como impacto orçamentário.

Art. 34. Publicados os Orçamentos em até 30 dias, o Poder Executivo estabelecerá a programação financeira e o cronograma de execução mensal de desembolso, com especial obediência ao que dispõe o § 2º do artigo 29A da Constituição Federal.

Art. 35. Faz parte integrante desta lei o Anexo de Riscos Fiscais, o Anexo de Metas Fiscais e o Anexo de Prioridades e Metas para o exercício de 2012.

Art. 36. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Areado, em 28 de junho de 2011.

RUBENS VINÍCIUS BORNELLI

Prefeito Municipal

MUNICÍPIO DE AREADO

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTARIAS

ANEXO DE RISCOS FISCAIS

2012

DEMONSTRATIVO DE RISCOS FISCAIS E PROVIDÊNCIAS

ARF (LRF, art.4º, §3º)

R\$ 1,00

Passivos Contingentes		Providências	
Descrição	Valor	Descrição	Valor
Demandas Judiciais			
Dívidas em Processo de Reconhecimento			
Avais e Garantias Concedidas			
Assunção de Passivos			
Assistências Diversas (Epidemias)	30.000,00		30.000,00
Epidemias	20.000,00	Abertura de créditos adicionais a partir da Reserva de Contingência	20.000,00
Enchentes (Famílias Vítimas)	10.000,00	Abertura de créditos adicionais a partir da Reserva de Contingência	10.000,00
Outros Passivos Contingentes			
Subtotal	30.000,00	Subtotal	30.000,00

Demais Riscos Fiscais Passivos		Providências	
Descrição	Valor	Descrição2	Valor
Frustração de Arrecadação de Receitas Tributárias	20.000,00	Limitação de empenho	20.000,00
Restituição de Tributos a Maior			
Discrepância de Projeções:			
Outros Riscos Fiscais			
Subtotal	20.000,00	Subtotal	20.000,00
TOTAL	50.000,00	TOTAL	50.000,00

Fonte: Secretaria Municipal de Fazenda, Secretaria Municipal de Saúde e Secretaria Municipal de Meio Ambiente (Defesa Civil)

MUNICÍPIO DE AREADO
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTARIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
METAS ANUAIS

AMF – Demonstrativo I (LRF, art. 4o, § 1o)									R\$ 1,00
ESPECIFICAÇÃO	2012			2013			2014		
	VR CORRENTE	VR COSTANTE	% PIB	VR CORRENTE	VR COSTANTE	% PIB	VALOR CORRENTE	VALOR COSTANTE	% PIB
RECEITA TOTAL	18.781.574,20	16.595.398,96	0,005%	20.625.142,62	17.023.992,72	0,005%	22.000.000,00	16.878.400,00	0,005%
RECEITAS PRIMARIAS (I)	17.674.424,20	15.617.121,22	0,005%	19.407.277,62	16.018.766,95	0,005%	21.219.404,25	16.279.526,94	0,005%
DESPESA TOTAL	18.731.584,20	16.551.227,80	0,005%	20.565.142,62	16.974.468,72	0,005%	21.930.000,00	16.824.696,00	0,005%
DESPESAS PRIMARIAS (II)	17.661.584,20	15.605.775,80	0,005%	19.335.142,62	15.959.226,72	0,005%	20.640.000,00	15.835.008,00	0,005%
RESULTADO PRIMARIO (III) = (I-II)	12.840,00	11.345,42	0,000%	72.135,00	59.540,23	0,000%	579.404,25	444.518,94	0,000%
RESULTADO NOMINAL	(324.650,25)	(286.860,96)	0,000%	(348.620,97)	(287.751,75)	0,000%	(375.837,12)	(288.342,24)	0,000%
DIVIDA PUBLICA CONSOLIDADA	(2.727.103,28)	(2.409.668,46)	-0,001%	(3.075.724,25)	(2.538.702,80)	-0,001%	(3.451.561,37)	(2.648.037,88)	-0,001%
DIVIDA CONSOLIDADA LIQUIDA	(2.727.103,28)	(2.409.668,46)	-0,001%	(3.075.724,25)	(2.538.702,80)	-0,001%	(3.451.561,37)	(2.648.037,88)	-0,001%

2012

Fonte: Secretaria Municipal de Fazenda

Nota: O cálculo das metas foi realizado considerando-se o seguinte cenário macroeconômico:

VARIÁVEIS	2012	2013	2014
PIB real (crescimento % anual)	6,8	6,4	6,5
Taxa real de juro implícito sobre a dívida líquida do Governo (média % anual)	6,00	5,50	5,00
Câmbio (R\$/US\$ – Final do Ano)	3,1	3,2	3,3
Inflação Média (% anual) projetada com base em índice oficial de inflação	6,0	6,5	6,5
Projeção do PIB do Estado – R\$ milhares	351.146,25	399.025,74	424.962,42

Fonte: <http://www.sede.mg.gov.br> e <http://www.planalto.gov.br>

RUBENS VINICIUS BORNELLI
PREFEITO MUNICIPAL

MUNICÍPIO DE AREADO
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
MEMORIA DE CÁLCULO DA RECEITA
2012

AMF - Demonstrativo I (LRF, art. 4º, § 1º)

RECEITAS	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Receita Total	13.875.375,39	16.045.264,34	19.442.619,00	18.781.574,20	20.625.142,62	22.000.000,00	23.000.000,00
Receitas Correntes	15.560.137,14	16.947.769,43	16.715.720,00	18.762.594,85	20.638.865,34	21.670.808,61	22.754.349,04
Receita Tributária	827.974,93	865.490,99	906.957,00	1.091.962,97	1.201.170,27	1.261.228,78	1.324.290,22
Receita de Contribuições	-			48.400,00	53.240,00	55.902,00	58.697,10
Receita Patrimonial	136.740,62	143.816,51	185.000,00	199.650,00	219.615,00	230.595,75	242.125,54
Receita Industrial				-	-	-	-
Receita de Serviços	56.630,30	65.723,17	63.000,00	59.895,00	65.884,50	69.178,73	72.637,66
Transferências Correntes	14.016.082,47	15.416.731,72	14.914.335,00	16.646.333,00	18.310.966,30	19.226.514,62	20.187.840,35
Outras Receitas Correntes	522.708,82	456.007,04	646.428,00	716.353,88	787.989,27	827.388,73	868.758,17
Deduções de Transferências Correntes	2.009.426,57	2.162.355,29	2.069.200,00	2.417.822,00	2.659.604,20	2.792.584,41	2.932.213,63
Receitas de Capital	324.664,82	1.259.850,20	4.796.099,00	2.436.801,35	2.645.881,48	3.121.775,80	3.177.864,59
Operações de Crédito	-		1.030.000,00	786.500,00	865.150,00	300.000,00	400.000,00
Alienações de Bens	95.400,00	76.492,34	300.000,00	121.000,00	133.100,00	250.000,00	350.000,00
Amortizações de Empréstimos							
Transferências de Capital	180.000,00	1.118.463,72	3.356.099,00	1.468.801,35	1.581.081,48	2.431.775,80	2.277.864,59
Outras Receitas de Capital	49.264,82	64.894,14	110.000,00	60.500,00	66.550,00	140.000,00	150.000,00

Fonte: Secretaria Municipal de Fazenda

RUBENS VINICIUS BORNELLI
 PREFEITO MUNICIPAL

MUNICÍPIO DE AREADO
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
MEMORIA DE CÁLCULO DA DESPESA
2012

AMF - Demonstrativo I (LRF, art. 4º, § 1º)

DESPESAS	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Despesa Total	14.084.801,87	15.644.042,84	19.442.619,00	18.781.584,20	20.625.142,62	22.000.000,00	23.000.000,00
Despesas Correntes	12.490.126,75	14.223.011,29	15.934.619,00	16.480.619,19	17.229.225,66	17.957.188,95	18.770.070,47
Pessoal e Encargos	5.420.748,41	6.673.147,81	7.966.850,00	8.365.192,50	8.699.800,20	9.047.792,21	9.409.703,90
Juros e Encargos da Dívida			2.000,00	70.000,00	130.000,00	90.000,00	100.000,00
Outras Despesas Correntes	7.069.378,34	7.549.863,48	7.965.769,00	8.045.426,69	8.399.425,46	8.819.396,74	9.260.366,57
Despesas de Capital	1.594.675,12	1.421.031,55	3.501.000,00	2.250.965,01	3.335.916,96	3.972.811,05	4.149.929,53
Investimentos	1.594.675,12	1.421.031,55	3.494.000,00	1.200.965,01	2.175.916,96	2.702.811,05	2.769.929,53
Inversões Financeiras		-	5.000,00	50.000,00	60.000,00	70.000,00	80.000,00
Amortizações da Dívida		-	2.000,00	1.000.000,00	1.100.000,00	1.200.000,00	1.300.000,00
				-	-	-	-
Reserva de Contingência	-		7.000,00	50.000,00	60.000,00	70.000,00	80.000,00

Fonte: Secretaria Municipal de Fazenda

RUBENS VINICIUS BORNELLI
 PREFEITO MUNICIPAL

MUNICÍPIO DE AREADO
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTARIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
MEMORIA DE CALCULO DA DIVIDA E RESULTADO NOMINAL

AMF - Demonstrativo I (LRF, art. 4º, § 1º)							
RECEITAS	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
(+) Receitas Correntes	13.550.710,57	14.785.414,14	14.646.520,00	16.344.772,85	17.979.261,14	18.878.224,20	19.822.135,41
(-) Aplicações Financeiras	136.740,62	143.816,51	185.000,00	199.650,00	219.615,00	230.595,75	242.125,54
Receitas Primárias Correntes (A)	13.413.969,95	14.641.597,63	14.461.520,00	16.145.122,85	17.759.646,14	18.647.628,45	19.580.009,87
(+) Receitas de Capital	324.664,82	1.259.850,20	4.796.099,00	2.436.801,35	2.645.881,48	3.121.775,80	3.177.864,59
(-) Operações de Crédito	-	-	1.030.000,00	786.500,00	865.150,00	300.000,00	400.000,00
(-) Alienações de Bens	95.400,00	76.492,34	300.000,00	121.000,00	133.100,00	250.000,00	350.000,00
(-) Amortização de Empréstimos	-	-	-	-	-	-	-
Receitas Primárias de Capital (B)	229.264,82	1.183.357,86	3.466.099,00	1.529.301,35	1.647.631,48	2.571.775,80	2.427.864,59
I - RECEITAS PRIMÁRIAS (A) + (B)	13.643.234,77	15.824.955,49	17.927.619,00	17.674.424,20	19.407.277,62	21.219.404,25	22.007.874,46
DESPESAS	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
(+) Despesas Correntes	12.490.126,75	14.223.011,29	15.934.619,00	16.480.619,19	17.229.225,66	17.957.188,95	18.770.070,47
(-) Juros e Encargos da Dívida	-	-	2.000,00	70.000,00	130.000,00	90.000,00	100.000,00
Despesas Primárias Correntes (C)	12.490.126,75	14.223.011,29	15.932.619,00	16.410.619,19	17.099.225,66	17.867.188,95	18.670.070,47
(+) Despesas de Capital	1.594.675,12	1.421.031,55	3.501.000,00	2.250.965,01	3.335.916,96	3.972.811,05	4.149.929,53
(-) Amortização da Dívida	-	-	2.000,00	1.000.000,00	1.100.000,00	1.200.000,00	1.300.000,00
Despesas Primárias de Capital (D)	1.594.675,12	1.421.031,55	3.499.000,00	1.250.965,01	2.235.916,96	2.772.811,05	2.849.929,53
Reserva de Contingência (E)	-	-	7.000,00	-	-	-	-
SUPERÁVIT FINANCEIRO (F)	-	-	-	-	-	-	-
II - DEPENDAS PRIMÁRIAS (C) + (D) + (E) + (F)	14.084.801,87	15.644.042,84	19.438.619,00	17.661.584,20	19.335.142,62	20.640.000,00	21.520.000,00
III - RESULTADO PRIMÁRIO (I - II)	(441.567,10)	180.912,65	(1.511.000,00)	12.840,00	72.135,00	579.404,25	487.874,46

Fonte: Secretaria Municipal de Fazenda

RUBENS VINICIUS BORNELLI
 PREFEITO MUNICIPAL

MUNICÍPIO DE AREADO
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTARIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
MEMÓRIA DE CÁLCULO DA DÍVIDA E RESULTADO NOMINAL
2012

AMF - Demonstrativo I (LRF, art. 4º, § 1º)							
ESPECIFICAÇÃO	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Divida Pública Consolidada	-	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-	-
Deduções	2.015.937,47	2.098.737,40	2.402.453,03	2.727.103,28	3.075.724,25	3.451.561,37	3.858.099,75
Ativo Disponível	2.050.651,49	2.564.649,76	2.821.114,74	3.103.226,21	3.413.548,83	3.754.903,71	4.130.394,08
Haveres Financeiros	532,89	5.495,14	5.605,04	5.717,14	5.831,49	5.948,12	6.067,08
(-) Restos a Pagar Processados	35.246,91	471.407,50	424.266,75	381.840,08	343.656,07	309.290,46	278.361,41
Divida Consolidada Líquida	(2.015.937,47)	(2.098.737,40)	(2.402.453,03)	(2.727.103,28)	(3.075.724,25)	(3.451.561,37)	(3.858.099,75)
Receita Privatizações	-	-	-	-	-	-	-
(-) Passivos Reconhecidos	-	-	-	-	-	-	-
Divida Fiscal Líquida	(2.015.937,47)	(2.098.737,40)	(2.402.453,03)	(2.727.103,28)	(3.075.724,25)	(3.451.561,37)	(3.858.099,75)
Resultado Nominal	-	(82.799,93)	(303.715,63)	(324.650,25)	(348.620,97)	(375.837,12)	(406.538,38)

Fonte: Secretaria Municipal de Fazenda

RUBENS VINICIUS BORNELLI
 PREFEITO MUNICIPAL

MUNICÍPIO DE AREADO
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTARIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS DO EXERCÍCIO ANTERIOR
2012

AMF - DEMONSTRATIVO II (LRF, art. 4º, § 2º, I)						
Discriminação					Variação	
	Metas Previstas em 2010 (A)	% PIB	Metas Realizadas em 2010 (B)	% PIB	Valor C = (B- A)	% (c/a) x 100
Receita Total	19.306.020,00	0,006%	16.045.264,34	0,005%	(3.260.755,66)	-16,89%
Receitas Primárias (I)	19.166.626,05	0,006%	15.824.955,49	0,005%	(3.341.670,56)	-17,43%
Despesa Total	19.306.020,00	0,006%	15.644.042,84	0,005%	(3.661.977,16)	-18,97%
Despesas Primárias (II)	19.306.020,00	0,006%	15.644.042,84	0,005%	(3.661.977,16)	-18,97%
Resultado Primário (III) = (I – II)	(139.393,95)	0,000%	180.912,65	0,000%	320.306,60	-229,79%
Dívida Consolidada	139.393,95	0,000%	180.912,65	0,000%	41.518,70	29,79%
Resultado Nominal	70.465,03	0,000%	(82.799,93)	0,000%	(153.264,96)	-217,50%
Dívida Pública Consolidada	100.000,00	0,000%	-	0,000%	(100.000,00)	-100,00%
Dívida Consolidada Líquida	(1.848.302,82)	-0,001%	(2.098.737,40)	-0,001%	(250.434,58)	13,55%

FONTE: SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA

Nota: PIB Estadual Previsto e Realizado para 2010

ESPECIFICAÇÃO	VALOR – R\$ milhares
Previsão do PIB Estadual para 2010	334.425,00
Valor efetivo (realizado) do PIB Estadual para 2010	334.425,00

RUBENS VINICIUS BORNELLI
 PREFEITO MUNICIPAL

MUNICÍPIO DE AREADO
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
METAS FISCAIS ATUAIS COMPARADAS COM AS FIXADAS NOS TRÊS EXERCÍCIOS ANTERIORES
2012

AMF – Demonstrativo III (LRF, art. 4º, §§ 1º e 2º)													
Discriminação	VALORES A PREÇOS CORRENTES												
	2009	2010	%	2011	%	2012	%	2013	%	2014	%	2015	%
Receita Total (realizada)	13.875.375,39	16.045.264,34	15,6%	19.442.619,00	21,2%	18.781.574,20	-3,40%	20.625.142,62	9,82%	22.000.000,00	6,67%	23.000.000,00	4,55%
(-) Aplicações Financeiras	136.740,62	143.816,51	5,2%	185.000,00	28,6%	199.650,00	7,92%	219.615,00	10,00%	230.595,75	5,00%	242.125,54	5,00%
(-) Receitas de Alienações de Bens	95.400,00	76.492,34	-19,8%	300.000,00	292,2%	121.000,00	-59,67%	133.100,00	10,00%	250.000,00	87,83%	350.000,00	40,00%
(-) Operações de Crédito	-	-		1.030.000,00		786.500,00	-23,64%	865.150,00		300.000,00	-65,32%	400.000,00	33,33%
(-) Receitas de Privatizações	-	-		-		-		-		-		-	
(=) Receita Primárias I*	13.643.234,77	15.824.955,49	16,0%	17.927.619,00		17.674.424,20	-1,41%	19.407.277,62	9,80%	21.219.404,25	9,34%	22.007.874,46	3,72%
Despesa Total (realizada)	14.084.801,87	15.644.042,84	11,1%	19.442.619,00	24,3%	18.731.584,20	-3,66%	20.565.142,62	9,79%	21.930.000,00	6,64%	22.920.000,00	4,51%
(-) Amortização da Dívida	-	-		2.000,00		1.000.000,00	0,00%	1.100.000,00	10,00%	1.200.000,00	9,09%	1.300.000,00	8,33%
(-) Juros e Encargos da Dívida	-	-		2.000,00		70.000,00	3400,00%	130.000,00	85,71%	90.000,00	-30,77%	100.000,00	11,11%
(-) Concessão de Empréstimos	-	-		-		-		-		-		-	
(-) Títulos de Capital já integralizados	-	-		-		-		-		-		-	
(=) Despesa Primárias II**	14.084.801,87	15.644.042,84	11,1%	19.438.619,00	24,3%	17.661.584,20	-9,14%	19.335.142,62	9,48%	20.640.000,00	6,75%	21.520.000,00	4,26%
Resultado Primário(I-II)	(441.567,10)	180.912,65	-141,0%	(1.511.000,00)	-935,2%	12.840,00	-100,85%	72.135,00	461,80%	579.404,25	703,22%	487.874,46	-15,80%
(-) Total do Ativo Financeiro	2.051.184,38	2.570.144,90	25,3%	2.826.719,78	10,0%	3.108.943,35	9,98%	3.419.380,32	9,99%	3.760.851,83	9,99%	4.136.461,16	9,99%
Dívida Consolidada Líquida	(2.015.937,47)	(2.098.737,40)	4,1%	(2.402.453,03)	14,5%	(2.727.103,28)	13,51%	(3.075.724,25)	12,78%	(3.451.561,37)	12,22%	(3.858.099,75)	11,78%
Dívida Fiscal Líquida ***	(2.015.937,47)	(2.098.737,40)	4,1%	(2.402.453,03)	14,5%	(2.727.103,28)	13,51%	(3.075.724,25)	12,78%	(3.451.561,37)	12,22%	(3.858.099,75)	11,78%
Resultado Nominal	-	(82.799,93)		(303.715,63)	266,8%	(324.650,25)	6,89%	(348.620,97)	7,38%	(375.837,12)	7,81%	(406.538,38)	8,17%

Fonte: Secretaria Municipal de Fazenda

RUBENS VINICIUS BORNELLI
PREFEITO MUNICIPAL

MUNICÍPIO DE AREADO
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
METAS FISCAIS ATUAIS COMPARADAS COM AS FIXADAS NOS TRÊS EXERCÍCIOS ANTERIORES
2012

AMF – Demonstrativo III (LRF, art. 4º, §§ 1º e 2º)													
Discriminação	Valores a Preços Constantes												
	2009	2010	%	2011	%	2012	%	2013	%	2014	%	2015	%
Receita Total (realizada)	15.490.469,09	17.084.997,47	10,3%	18.311.058,57	7,18%	16.595.398,96	-9,37%	17.023.992,72	2,58%	16.878.400,00	-0,86%	16.307.000,00	-3,39%
(-) Aplicações Financeiras	152.657,23	153.135,82	0,3%	174.233,00	13,8%	176.410,74	1,2%	181.270,22	2,8%	176.913,06	-2,4%	171.667,01	-3,0%
(-) Receitas de Alienações de Bens	106.504,56	81.449,04	-23,5%	282.540,00		106.915,60	-62,16%	109.860,74	2,75%	191.800,00	74,58%	248.150,00	29,38%
(-) Operações de Crédito	-	-		970.054,00		694.951,40	-28,4%	714.094,81	2,8%	230.160,00	-67,8%	283.600,00	23,2%
(-) Receitas de Privatizações	-	-		-		-		-		-		-	
(=) Receita Fiscal I*	15.231.307,30	16.850.412,61	10,6%	16.884.231,57	0,2%	15.617.121,22	-7,5%	16.018.766,95	2,6%	16.279.526,94	1,6%	15.603.582,99	-4,2%
Despesa Total (realizada)	15.724.272,81	16.657.776,82	5,9%	18.311.058,57	9,92%	16.551.227,80	-9,61%	16.974.468,72	2,56%	16.824.696,00	-0,88%	16.250.280,00	-3,41%
(-) Amortização da Dívida	-	-		1.883,60		883.600,00	0,0%	907.940,00	2,8%	920.640,00	1,4%	921.700,00	0,1%
(-) Juros e Encargos da Dívida	-	-		1.883,60		61.852,00	3183,71%	107.302,00	73,48%	69.048,00	-35,65%	70.900,00	2,68%
(-) Concessão de Empréstimos	-	-		-		-		-		-		-	
(-) Títulos de Capital já Integralizados	-	-		-		-		-		-		-	
(=) Despesa Fiscal II**	15.724.272,81	16.657.776,82	5,9%	18.307.291,37	9,9%	15.605.775,80	-14,8%	15.959.226,72	2,3%	15.835.008,00	-0,8%	15.257.680,00	-3,6%
Resultado Primário (I-II)	(492.965,51)	192.635,79	-139,1%	(1.423.059,80)	-838,73%	11.345,42	-100,80%	59.540,23	424,80%	444.518,94	646,59%	345.902,99	-22,18%
(-) Total do Ativo Financeiro	2.289.942,24	2.736.690,29	19,5%	2.662.204,69	-2,7%	2.747.062,35	3,2%	2.822.356,51	2,7%	2.885.325,52	2,2%	2.932.750,96	1,6%
Dívida Consolidada Líquida	(2.250.592,59)	(2.234.735,58)	-0,7%	(2.262.630,26)	1,25%	(2.409.668,46)	6,50%	(2.538.702,80)	5,35%	(2.648.037,88)	4,31%	(2.735.392,72)	3,30%
Dívida Fiscal Líquida ***	(2.250.592,59)	(2.234.735,58)	-0,7%	(2.262.630,26)	1,2%	(2.409.668,46)	6,5%	(2.538.702,80)	5,4%	(2.648.037,88)	4,3%	(2.735.392,72)	3,3%
Resultado Nominal	-	(88.165,37)		(286.039,38)	224,44%	(286.860,96)	0,29%	(287.751,75)	0,31%	(288.342,24)	0,21%	(288.235,71)	-0,04%

Fonte: Secretaria Municipal de Fazenda

RUBENS VINICIUS BORNELLI
PREFEITO MUNICIPAL

MUNICÍPIO DE AREADO
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
 2012

AMF – Demonstrativo IV (LRF, art.4o, § 2o, inciso III)							R\$ 1,00
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2010	%	2009	%	2008	%	%
Patrimônio/Capital	14.144.200,14	100%	12.542.840,02	100%	12.053.012,07	100%	100%
Reservas							
Resultado Acumulado							
TOTAL	14.144.200,14	100%	12.542.840,02	100%	12.053.012,07	100%	100%

Fonte: Secretaria Municipal de Finanças

RUBENS VINICIUS BORNELLI
 PREFEITO MUNICIPAL

MUNICÍPIO DE AREADO
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
ORIGEM E APLICAÇÃO DOS RECURSOS OBTIDOS COM A ALIENAÇÃO DE ATIVOS
2012

AMF – Demonstrativo V (LRF, art.4o, § 2o, inciso III)

R\$ 1,00

RECEITAS REALIZADAS	2010	2009	2008
RECEITAS DE CAPITAL – ALIENAÇÃO DE ATIVOS (I)	76.492,34	95.400,00	0,00
Alienação de Bens Móveis	0,00	95.400,00	0,00
Alienação de Bens Imóveis	76.492,34	0,00	0,00
DESPESAS EXECUTADAS	2010	2009	2008
APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS (II)	19.556,01	83.051,97	0,00
DESPESAS DE CAPITAL	19.556,01	83.051,97	0,00
Investimentos	19.556,01	83.051,97	0,00
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CORRENTES DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA	0,00	0,00	0,00
Regime Geral de Previdência Social	0,00	0,00	0,00
Regime Próprio de Previdência dos Servidores	0,00	0,00	0,00
SALDO FINANCEIRO	2010 (g) = ((Ia – II d) + II h)	2009 (h) = ((Ib – II e) + III i)	2008 (i) = (Ic – II f)
VALOR (III)	75.242,34	18.306,01	5.957,98

Fonte: Secretaria Municipal de Fazenda

RUBENS VINICIUS BORNELLI
 PREFEITO MUNICIPAL

MUNICÍPIO DE AREADO
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
ESTIMATIVA E COMPENSAÇÃO DA RENÚNCIA DE RECEITA
2012

AMF – Tabela 8 (LRF, art. 4º, § 2º, inciso V)

R\$ 1,00

TRIBUTO	MODALIDADE	SETORES/ PROGRAMAS/ BENEFICIÁRIO	RENÚNCIA DE RECEITA PREVISTA			COMPENSAÇÃO
			2012	2013	2014	
JUROS E MULTAS DE IPTU/ISS	Anistia	População/Prestadores de Serviço	25.000,00	30.000,00	35.000,00	Aumento da arrecadação da Dívida Ativa do IPTU e ISS
Total			25.000,00	30.000,00	35.000,00	

FONTE: Secretaria Municipal de Fazenda

RUBENS VINICIUS BORNELLI
 PREFEITO MUNICIPAL

MUNICÍPIO DE AREADO
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
MARGEM DE EXPANSÃO DAS DESPESAS OBRIGATÓRIAS DE CARÁTER CONTINUADO
2012

AMF – Tabela 9 (LRF, art. 4º, § 2º, inciso V)

R\$ 1,00

EVENTOS	Valor Previsto para 2012
Aumento Permanente da Receita	2.736.309,86
(-) Transferências Constitucionais	1.164.857,96
(-) Transferências ao FUNDEB	291.214,49
Saldo Final do Aumento Permanente de Receita (I)	1.280.237,41
Redução Permanente de Despesa (II)	0,00
Margem Bruta (III) = (I+II)	1.280.237,41
Saldo Utilizado da Margem Bruta (IV)	0,00
Novas DOCC	500.000,00
Novas DOCC geradas por PPP	0,00
Margem Líquida de Expansão de DOCC (V) = (III-IV)	780.237,41

Fonte: Secretaria Municipal de Fazenda

Nota: Na apuração da margem de expansão das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado – DOCC, o valor atribuído ao campo Aumento Permanente de Receita foi gerado a partir da elevação da alíquota do ICMS do Estado a que pertence o Município de Areado/MG e, também, pelo aumento de arrecadação previsto pelas transferências de programas do governo Estadual e Federal. As novas despesas de caráter continuado devem se aumento salarial para o funcionalismo público municipal.

RUBENS VINICIUS BORNELLI
PREFEITO MUNICIPAL

MUNICÍPIO DE AREADO
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE PRIORIDADES E METAS PARA O EXERCÍCIO DE 2012

Código Unidade	Unidade/Sub-unidade orçamentária	Projeto/Atividade	Finalidade	Valor
02.01.01	Gabinete do Prefeito			
		Aquisição de Bens Móveis	Aquisição de e bens móveis para manutenção das atividades relacionadas ao Gabinete do Prefeito	5.000,00
		Aquisição de Veículo para o Gabinete do Prefeito	Aquisição de veículo para manutenção das atividades relacionadas ao Gabinete do Prefeito	45.000,00
02.03	Secretaria Geral			
		Equipamentos e Material Permanente	Aquisição de equipamentos para manutenção das atividades da Secretaria Geral	2.500,00
02.04	Secretaria Municipal de Administração e Fazenda			
		Equipamentos e Material Permanente	Aquisição de equipamentos para manutenção das atividades e serviços da Secretaria de Administração e Fazenda.	25.000,00
		Equipamentos e Material Permanente	Aquisição de novos móveis para o Paço Municipal após a reforma.	150.000,00
02.05.01	Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização da Educação			
		Aquisição de Bens Móveis	Aquisição de veículos e bens móveis para fins de utilização no suporte ao	80.000,00

Código Unidade	Unidade/Sub-unidade orçamentária	Projeto/Atividade	Finalidade	Valor
			desenvolvimento da educação básica	
		Obras e Instalações	Reforma e ampliação das unidades escolares.	50.000,00
		Manutenção e Conservação de Bens Imóveis	Manutenção das unidades escolares	50.000,00
02.05.02	Ensino Fundamental			
		Aquisição de Bens Móveis	Aquisição de veículos para fins de manutenção regular das atividades relacionadas à educação municipal	80.000,00
		Aquisição de Bens Móveis	Aquisição de mobília (carteiras, computadores, armários, fogões, geladeira, freenzer, mesas, cadeiras, quadros, bebedouros, etc).	180.000,00
		Manutenção do Transporte Escolar	Operação de crédito para aquisição de dois veículos ônibus de 23 lugares e um de 44 lugares, para transporte escolar dos alunos matriculados na educação básica do Município	104.000,00
02.05.03	Ensino Infantil			
		Aquisição de Bens Móveis	Aquisição de bens móveis para fins de utilização no suporte ao desenvolvimento da Educação Infantil.	15.000,00
		Construção de Creche no bairro do Rosário	Construção de creche no bairro do Rosário	150.000,00
02.05.05	Cultura e Educação Superior			
		Equipamentos e Material Permanente	Aquisição de equipamentos e instrumentos para manutenção da Banda de Música Municipal	11.000,00

Código Unidade	Unidade/Sub-unidade orçamentária	Projeto/Atividade	Finalidade	Valor
		Construção de Centro de Convenções	Construção de Centro de Convenções Municipais para fins de incentivo a cultura, lazer e turismo	80.000,00
		Reforma do Cine Teatro Areadense	Reforma do Cine Teatro Areadense para fins de preservação e conservação do patrimônio público.	200.000,00
02.06.01	Saúde			
		Equipamentos e Material Permanente	Aquisição de veículos e outros bens móveis para fins de manutenção regular das atividades relacionadas à saúde municipal	100.000,00
		Construção de PSF no Bairro Nova Areado	Construção de PSF no Bairro Nova Areado	150.000,00
		Reforma e aplicação do PSF do Bairro do Rosário	Reforma e aplicação do PSF do Bairro do Rosário	100.000,00
		Manut. Secretaria Municipal de Saúde	Contratação de médico oftalmologista para atenderem as crianças/adolescentes que estão na rede pública de ensino com dificuldades de aprendizagem.	15.000,00
02.06.02	Fundo Municipal de Saúde			
		Equipamentos e Material Permanente	Aquisição de bens móveis para manutenção das atividades e programas ligados à saúde bucal, domiciliar, vigilância epidemiológica e atendimentos ambulatoriais.	50.000,00
02.06.03	Ação Social			
		Equipamentos e Material	Aquisição de bens móveis para	10.000,00

Código Unidade	Unidade/Sub-unidade orçamentária	Projeto/Atividade	Finalidade	Valor
		Permanente	manutenção das atividades de secretaria.	
		Aquisição de Medicamentos	Aquisição de medicamentos para distribuição gratuita aos munícipes com tratamento contínuo	300.00,00
02.08.00	Secretaria Municipal de Obras, Serviços Públicos, Agropecuária e Meio Ambiente			
		Equipamentos e Material Permanente	Aquisição de bens móveis para fins de manutenção das atividades da secretaria e do almoxarifado	15.000,00
		Construção de Praça no bairro Nova Areado	Construção de Praça no bairro Nova Areado	200.000,00
		Reforma Geral do Paço Municipal	Reforma geral do Paço Municipal caso não termine no exercício de 2011	200.000,00
		Construção de Prédio para Órgãos Públicos	Construção de Prédio para Órgãos Públicos como Delegacia de Polícia Civil, Polícia Militar, CONSEPA e Secretarias de Educação e Saúde.	550.000,00
		Construção de Garagem e Almoxarifado	Proteção, Manutenção e Conservação da Patrimônio Público	200.000,00
		Abertura e Pavimentação de Ruas e Avenidas	Manutenção das atividades de melhoria da Infra-estrutura urbana nas vias e logradouros urbanos	100.000,00
		Aquisição de Bens Móveis para Manutenção da Limpeza Pública	Aquisição de veículos, máquinas e equipamentos para fins de manutenção das atividades de limpeza pública.	120.000,00
		Implantação do Sistema de	Término da obra da usina de	30.000,00

Código Unidade	Unidade/Sub-unidade orçamentária	Projeto/Atividade	Finalidade	Valor
		Tratamento de Lixo Urbano	reciclagem de lixo	
		Iluminação do Trevo de Acesso ao Município e da Avenida Jose Carlos Vieira da Silveira e Trevo da entrada da cidade	Manutenção das atividades de melhoria da infra-estrutura urbana de iluminação pública	70.000,00
		Ampliação da Rede de Distribuição de Energia Elétrica	Ampliação da Rede de Distribuição de Energia Elétrica	30.000,00
		Reforma/construção de Praças, Parques e Jardins	Construção de Praça no Bairro Nova Areado e bairro Parque das Colinas e Reforma da Praça do Centro da Cidade e das praças nos bairros São Vicente e Rosário.	800.000,00
		Ampliação da Rede de Captação da Rede de Águas Pluviais	Manutenção das atividades de melhoria da infra-estrutura urbana de saneamento básico urbano	20.000,00
		Cobertura do Ribeirão Santo Antonio	Manutenção das atividades de melhoria da infra-estrutura urbana de saneamento básico urbano	75.000,00
		Construção da Estação de Tratamento de Esgoto	Manutenção das atividades de preservação do meio ambiente e de saneamento básico urbano	50.000,00
		Construção do Matadouro Municipal	Manutenção das atividades da defesa sanitária animal e industrialização de alimentos	10.000,00
		Manutenção da Torre de TV	Aquisição de bens móveis para fins de manutenção dos serviços de telecomunicações de TV	10.000,00
		Construção/reforma da Estação	Manutenção e melhoria das atividades	5.000,00

Código Unidade	Unidade/Sub-unidade orçamentária	Projeto/Atividade	Finalidade	Valor
		Rodoviária	relacionadas ao terminal rodoviário.	
		Aquisição de Máquinas Pesadas	Aquisição de máquinas para uso nas atividades de apoio à manutenção das estradas vicinais	500.000,00
02.08.01	Fundo Municipal de Habitação			
		Habitações Urbanas	Manutenção das atividades de obras e aquisição de imóveis para suprir o déficit habitacional local	177.000,00
		Aquisição de Bens Imóveis	Aquisição de terreno para construção de casas populares para suprir o déficit da habitacional local	150.000,00

Código Unidade	Unidade/Sub-unidade orçamentária	Projeto/Atividade	Finalidade	Valor	
02.08.01	Secretaria Municipal de Obras, Serv. Públicos, Agropecuária e Meio Ambiente				

Código Unidade	Unidade/Sub-unidade orçamentária	Projeto/Atividade	Finalidade	Valor	
		Operação de Crédito para Aquisição de Caminhão de Lixo	Aquisição de 1 caminhão de lixo para limpeza pública	190.000,00	(Acrescido pela Lei 931/2011)

“(AC)

Código Unidade	Unidade/Sub-unidade orçamentária	Projeto/Atividade	Finalidade	Valor	
01.01	Gabinete e Secretaria da Câmara				
		Obras e Instalações - Instalação de Ar Condicionado	Instalação de ar condicionado no prédio da Câmara Municipal	15.000,00	
02.05.05	Ensino Superior e Profissionalizante				
		Incentivo ao Ensino Profissionalizantes	Ajuda de custo no valor de R\$ 50,00 para os alunos que participam de cursos	20.000,00	

Código Unidade	Unidade/Sub-unidade orçamentária	Projeto/Atividade	Finalidade	Valor	
			profissionalizantes fora do município		
		Manutenção do Ensino Superior	Ajuda de custo no valor de R\$ 50,00 para os alunos que fazem curso superior fora do município	50.000,00	
02.08.00	Secretaria Municipal de Obras, Serviços Públicos, Agropecuária e Meio Ambiente				
		Construção de Carneiros	Construção de carneiros para atender a necessidade do município	20.000,00	(Acrescido pela Lei n° 955/2011)

“(AC)

Código Unidade	Unidade/Sub-unidade orçamentária	Projeto/Atividade	Finalidade	Valor	
02.05.01	Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte, Laser e Turismo				

Código Unidade	Unidade/Sub-unidade orçamentária	Projeto/Atividade	Finalidade	Valor	
		Manutenção Ensino Fundamental – FUNDEB – 60%	Concessão de gratificação de 10% pela formação em curso de pós-graduação	5.000,00	
		Manutenção Ensino Fundamental – FUNDEB – 40%	Concessão de gratificação de 10% pela formação em curso de pós-graduação	1.000,00	
		Manutenção Ensino Infantil – FUNDEB – 60%	Concessão de gratificação de 10% pela formação em curso de pós-graduação	800,00	
		Manutenção Educação de Jovens e Adultos – FUNDEB – 60%	Concessão de gratificação de 10% pela formação em curso de pós-graduação	800,00	
		Manutenção Ensino Especial – FUNDEB – 60%	Concessão de gratificação de 10% pela formação em curso de pós-graduação	800,00	
02.03	Secretaria Geral da Prefeitura				
		Manutenção Serviços Secretaria Geral da Administração	Concessão de gratificação de 10% a título de progressão por titulação pela formação em curso de pós-graduação	800,00	
02.06.02	Secretaria de Saúde				

Código Unidade	Unidade/Sub-unidade orçamentária	Projeto/Atividade	Finalidade	Valor	
		Manutenção Fundo Municipal de Saúde	Concessão de gratificação de 10% a título de progressão por titulação pela formação em curso de pós-graduação	1.000,00	(Acrescido pela Lei nº 970/2011)

“(AC)

Código Unidade	Unidade/Sub-unidade orçamentária	Projeto/Atividade	Finalidade	Valor	
01.01	Gabinete e Secretaria da Câmara				
		Vencimentos e vantagens fixas – Pessoal Civil	Pagamento de Progressão por Titulação para servidor lotado	3.000,00	

Código Unidade	Unidade/Sub-unidade orçamentária	Projeto/Atividade	Finalidade	Valor	
			nesta Secretaria		
		Obrigações Patronais	Obrigações patronais incidentes no pagamento de Progressão por Titulação	1.200,00	(Acrescido pela Lei nº 975/2011)

(AC)

Código Unidade	Unidade/Sub-unidade orçamentária	Projeto/Atividade	Finalidade	Valor	
02.01.01	Gabinete do Prefeito				
		Manutenção Convênio da Polícia Militar Ambiental	Assinatura de convênio com a Polícia Militar Ambiental para aquisição de combustíveis e lubrificantes para manutenção da frota	3.000,00	(Acrescido pela Lei nº 983/2012)

(AC)

Código Unidade	Unidade/Sub-unidade orçamentária	Projeto/Atividade	Finalidade	Valor	
02.06.03	Secretaria de Saúde				
		Bloco da Atenção Básica – BLATB	Locação de Imóvel para funcionamento do PSF Bairro do Rosário	9.696,00	(Acrescido pela Lei nº 986/2012)

(AC)

Código Unidade	Unidade/Sub-unidade orçamentária	Projeto/Atividade	Finalidade	Valor	
02.01.01	Gabinete do Prefeito				
		Amortização de Dívida – INSS	Pagamento do principal da dívida com o INSS conf. Processo nr. 10660.720439/2012-84	255.000,00	
		Juros e Amortização da Dívida Pública	Pagamento de juros e amortização da dívida com o INSS conf. Processo nr. 10660.720439/2012-84	5.000,00	(Acrescido pela Lei nº 991/2012)

“(AC)

Código Unidade	Unidade/Sub-unidade orçamentária	Projeto/Atividade	Finalidade	Valor	
02.08.01	Secretaria Munic. de Obras, Serv. Públicos, Agropec. e Meio Ambiente				
		Reforma e Construção de Praças, Parques e Jardins	Construção das Praças da Bíblia no Centro, Parque da Colina e Recanto das Flores e Reforma da Praça das Andorinhas do bairro Parque dos Pássaros	210.000,00	(Acrescido pela Lei nº 997/2012)

“(AC)

Código Unidade	Unidade/Sub-unidade orçamentária	Projeto/Atividade	Finalidade	Valor	
02.05.01	Secretaria Municipal de Educação, Esporte, e Laser				
		Manutenção do Ensino Fundamental – FUNDEB 60%	Criação de 2 vagas para Professor de Educação Física	18.263,80	(Acrescido pela Lei nº 1.002/2012)

“(AC)

Código Unidade	Unidade/Sub-unidade orçamentária	Projeto/Atividade	Finalidade	Valor	
02.08.01	Secretaria Municipal de Cultura e Turismo				
		Manutenção do Fundo Municipal de Turismo	Criação do Fundo Municipal de Turismo – FUNTUR, conforme disposto no artigo 11 da Lei 989/2012	110.414,00	(Acrescido pela Lei nº 1.010/2012)

“(AC)

Código Unidade	Unidade/Sub-unidade orçamentária	Projeto/Atividade	Finalidade	Valor	
02.09.02	Secretaria de Cultura e Turismo				
		Contribuição a Associação Circuito Turístico Lago de Furnas	Assinar convênio com a Contribuição a Associação Circuito Turístico Lago de Furnas para conjugação de ações e programas, destinados à promoção, desenvolvimento e fortalecimento do Turismo Municipal	3.600,00	(Acrescido pela Lei nº 1.015/2012)

“(AC)

Código Unidade	Unidade/Sub-unidade orçamentária	Projeto/Atividade	Finalidade	Valor	
02.07.01	Secretaria Municipal de Ação Social				
		Manutenção do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil - PETI	Aluguel de uma casa para desenvolver as ações do Programa De Erradicação do Trabalho Infantil - PETI	3.750,00	(Acrescido pela Lei nº 1.023/2012)

“(AC)

Código Unidade	Unidade/Sub-unidade orçamentária	Projeto/Atividade	Finalidade	Valor	
02.05.06	Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Lazer.				
		Aquisição de Academias para Instalação em Praças Públicas	Aquisição de 4 conjuntos com 7 equipamentos para academia ao ar livre a serem instalados nas Praças Antônio Pio Martins no Bairro São Vicente, Praça Wenceslau Braz no Bairro do Rosário, Praça Prof. José Aires de Figueiredo no Bairro	84.100,00	(Acrescido pela Lei nº 1.029/2012)

Código Unidade	Unidade/Sub-unidade orçamentária	Projeto/Atividade	Finalidade	Valor	
			Jardim Palmieri e Avenida José Carlos Vieira da Silveira no Bairro São Vicente.		

“(AC)

Código Unidade	Unidade/Sub-unidade orçamentária	Projeto/Atividade	Finalidade	Valor	
02.05.02	Ensino fundamental				
		Aquisição de bens móveis	Aquisição de veículos e mobiliários para execução do Termo de Compromisso PAR nº 2907/2012	932.711,00	(Acrescido pela Lei nº 1.031/2012)

“(AC)

Código Unidade	Unidade/Sub- unidade orçamentária	Projeto/Atividade	Finalidade	Valor	
02.08.00	Secretaria Municipal de Obras, Serviços Públicos, Agropecuária e Meio Ambiente				
		Equipamentos e Material Permanente	Aquisição de 1 Retroescavadeira para execução de convênio com a Secretaria de Estado do Governo de Minas Gerais	215.666,67	<u>(Acrescido pela Lei nº 1.037/2012)</u>

“(AC)

RUBENS VINÍCIUS BORNELLI
Prefeito Municipal